

O partido político: concepção tradicional e orgânica

ORIDES MEZZAROBÀ

O cidadão que tanto preza a sua independência e não se alista num partido político está, realmente, fraudando a independência, porque abandona o quinhão do poder de decisão no nível primário: a escolha do candidato.

Bruce L. Felkner

SUMÁRIO

1. Introdução 2. Teoria tradicional do partido político. 3. Teoria orgânica do partido político. 4. Considerações finais.

1. Introdução

Estasiologia é a denominação de uma possível ciência do partido político¹ tal o interesse que seu estudo tem despertado como ramo fundamental e complexo da Ciência Política.

O debate em torno do partido político mereceu atenção especial dos estudiosos da área, a partir da Segunda Grande Guerra, quando por iniciativa a UNESCO e da Associação Internacional de Ciência Política, motivadas pelo interesse no fortalecimento de instituições representativas e democráticas, o tema passou a ser incluído em congressos e encontros do gênero. Desde então, o assunto partidos políticos vem ocupando um lugar de destaque pela quantidade e variedade de obras, ensaios e artigos, destinados à sua análise².

¹ *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Documentação. Coordenador Benedito Silva. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 871.

² LÓPEZ, Mario Justo. *Partidos Políticos — Teoria General y Régimen Legal*. 3.ª ed. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1982, p. 5.

Orides Mezzaroba é Doutorando em Direito na UFSC e professor no Curso de Direito da UNOESC — Joaçaba-SC

Neste estudo, procurar-se-á classificar as concepções do partido político em duas subdivisões principais: a tradicional e a orgânica.

A teoria tradicional visualiza o partido político a partir de uma perspectiva fechada. A análise deste ente isolado está concentrada, basicamente, na sua forma organizacional e não no modo pelo qual se insere no contexto social³.

A teoria orgânica visualiza o partido político numa perspectiva aberta, criativa e dinâmica. A organização partidária não é somente um simples instrumento eleitoral, mas um espaço político em condições de despertar no homem a sua consciência histórica. Assim, a atuação partidária deve ultrapassar o contexto organizacional ou parlamentar para, fundamentalmente, se articular à sociedade.

2. Teoria tradicional do partido político

O perfil epistemológico da teoria tradicional do partido político pode ser delineado partindo-se da análise de duas obras catalisadoras das correntes ora embutidas nesse filão. Torna-se imprescindível, então, a investigação atenta da *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Robert Michels, e do livro *Os Partidos Políticos*, de Maurice Duverger.

Mesmo publicadas em períodos diferentes, Michels, em 1911, e Duverger, em 1951, as duas obras sintetizam perfeitamente o objeto do presente estudo.

O traço comum entre os dois livros é a abordagem estrutural-elitista do partido político, na qual a apatia das massas torna-se um ingrediente fundamental para a consolidação de instituições que supostamente as representam, mas que, na verdade, só estão preocupadas com os interesses dos seus dirigentes⁴.

Feitas essas observações, passar-se-á ao exame das obras já mencionadas, além das de outros autores como Giovanni Sartori, Jean Charlot e Paulo Bonavides, que trazem alguma contribuição para o entendimento dessa teoria.

³ ZAVARIZE, Denise Moreira Schwantes. *O Bipartidarismo Brasileiro (1965-1979)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/CPGD, 1987, p. 12.

⁴ BAQUERO, Marcello. A Estrutura Elitista dos Partidos Políticos na América Latina e a Questão da Democracia. In: *Democracia, Partidos e Cultura Política na América Latina*. Porto Alegre: NUPESAL/Kuarup, 1989, p. 46.

2.1. O partido político em Robert Michels

Para Michels, em sua principal obra *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicada originalmente na Alemanha, em 1911 (*Zur Soziologie der Partiewesens in der Modernen Demokratie*), o surgimento do partido político moderno, aquele organizado e estruturado em torno de uma doutrina política, representa a expressão máxima da democracia⁵.

Assim, o partido político passa a ser concebido como um apêndice da democracia, e esta, como o pior de todos os regimes burgueses, uma vez que o seu objetivo é dar continuidade à exploração das massas produtoras, através de uma elite previamente preparada⁶.

Conforme expressou Michels

“A democracia produz o dilema da oligarquia. A oligarquia é necessária e fatal. Em toda parte onde vivem as massas organizadas, impõe-se a necessidade de intervir através de delegações. Quem diz organização, diz diferenciação, diz um grupo de chefes que falam e agem em nome de todos”⁷.

Desta forma, a democracia e, conseqüentemente, seu apêndice o partido político, passam a ser os alvos principais das críticas de Michels.

Como qualquer outro modelo de organização, o partido político é infalivelmente uma oligarquia burocrática, caracterizada pela existência na sua cúpula de um círculo interno e fechado de dirigentes profissionais, praticamente inamovíveis, que controlam e conduzem a instituição conforme os seus interesses

⁵ Para uma melhor compreensão da concepção do partido político em Robert Michels, foram utilizadas as seguintes obras: MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Trad. Arthur Chaudon. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982; e MICHELS, Robert. *La Sociologia del Partido Politico Nella Democrazia Moderna — Studi Sulle tendenze oligarchiche degli aggregati politici*. Traduzione dall' originale tedesco de Alfredo Polledro. Torino, Unione Tipografico/Editoriale Torinese, 1912.

⁶ ALBERTONI, Ettore A. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990, p. 25.

⁷ MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Trad. Arthur Chaudon. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, pp. 206 e 221.

⁸ ALBERTONI, Ettore A. Op. cit., p. 31.

particulares⁹, possibilitando a existência de uma minoria dirigente e de uma maioria dirigida. Este é, para Michels, o traço característico do regime democrático.

Com o crescimento e a solidificação do partido político, amplia-se a necessidade de os chefes ocasionais serem substituídos por chefes profissionais¹⁰. São as *lideranças especializadas* que, no entendimento de Michels, possibilitam a constituição do burocratismo hierárquico, juntamente com a oligarquização partidária. Concretizando, com isto, o isolamento entre a cúpula e as bases do partido político¹¹.

Na vida partidária, a prática democrática não se presta ao uso doméstico, mas, tão-somente, à comercialização; é um discurso de conquista. Pois, na sua luta pelo poder, o partido político preza pela liberdade de movimento, para poder estabelecer a estratégia mais rápida e adequada¹². Isto, para o autor, exemplifica, por si só, a característica antidemocrática da organização partidária.

Assim, para Michels,

“é indiscutível que a tendência oligárquica e burocrática da organização do partido é uma questão de necessidades técnicas e práticas”¹³.

Além desse fator, o encantamento das *massas* por encontrar alguém interessado em cuidar da vontade geral, contribui como um elemento decisivo para a manutenção da oligarquia partidária¹⁴. Esse encantamento possibilitou uma certa veneração, convertendo-se, muitas vezes, em idolatria.

Segundo Michels, é isso que faz com que o partido político moderno passe a identificar-se frequentemente com os seus chefes, a ponto de o denominarem de partidos de classes, como se fossem coisas que lhes pertencessem¹⁵.

⁹ CHARLOT, Jean. *Curso de Introdução à Ciência Política*. Trad. Carlos Alberto Lomback. 2.^a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984. p. 15.

¹⁰ MICHELS, Robert. Op. cit., p. 23.

¹¹ MICHELS, Robert. *A Tendência Burocrática dos Partidos Políticos*. In: *Sociologia da Burocracia*. Trad. Edmundo Campos. 3.^a ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976, p. 101.

¹² MICHELS, Robert. Op. cit., p. 28.

¹³ MICHELS, Robert. Op. cit., p. 104.

¹⁴ MICHELS, Robert. Op. cit., p. 35.

¹⁵ *Ibid*, p. 41.

Desta forma, a participação das *massas* na vida partidária dá-se somente na qualidade de outorgantes sem a mínima manifestação de contrariedade diante das deliberações dos dirigentes, ou seja, ocorre uma delegação de poderes eminentemente passiva.

O que mais caracteriza a democracia, no entendimento de Michels, é a facilidade com que ela sucumbe à magia do verbo, pois verifica-se que nos regimes democráticos os chefes são sempre oradores e jornalistas, o que vem fortalecer a convicção de que só o dom da palavra pode tornar alguém apto para administrar os assuntos públicos¹⁶.

Pela sua tendência oligarquista, o partido político jamais conseguirá representar a maioria dos seus membros. Com o passar do tempo, tal situação proporcionará o isolamento do partido, transformando-o em um fim em si mesmo. Desta forma, a história do partido político moderno acaba apresentando fenômenos análogos ao bonapartismo, ou seja, uma preocupação com a dominação individual, originada na vontade coletiva, mas que tende a emancipar-se e tornar-se independente por sua vez¹⁷.

Para Michels, a imaturidade das *massas* não é somente um fenômeno transitório que desaparece com o avanço da democracia. Essa condição é a própria natureza das *massas* que, mesmo organizadas, estão afligidas por uma *incompetência incurável* para resolver todos os problemas que se apresentarem. As *massas* são em si *amorfas e necessitam de educação, especialização e, principalmente, direção*.

Por fim, pelas próprias circunstâncias da vida, o homem está consagrada ser *guiado*, e quanto mais as suas funções forem divididas e subdivididas, mais e mais ele precisará de comando¹⁸.

Uma das alternativas apresentadas por Michels para substituir o partido político, o qual sempre resulta em uma organização *anti-democrática*, seria um sistema de associação temporária que só se articularia para um fim determinado, dissolvendo-se logo em seguida¹⁹.

Enfim, historicamente, o partido político é “...como a rebenção contínua das vagas: elas sempre quebram sobre um escolhido, mas são incessantemente subs-

¹⁶ *Ibid*, p. 45.

¹⁷ *Ibid*, pp. 124 e 234.

¹⁸ *Ibid*, pp. 234, 239-40.

¹⁹ *Ibid*, p. 243.

tituídas por outras. O espetáculo que oferecem é ao mesmo tempo arrebatador e triste. Após ter atingido uma certa etapa de sua evolução, são submetidas a uma espécie de processo de degeneração: assumem o espírito e as formas aristocráticas contra as quais havia lutado. Esse jogo cruel entre o incurável idealismo dos jovens e a incurável sede de dominação dos velhos não terminará nunca”²⁰.

Entretanto, o ideal absoluto, para solucionar o problema do oligarquismo partidário, bem como o da constante instabilidade política, ambos proporcionados pela *democracia*, segundo Michels, seria a constituição de uma *aristocracia* de homens *moralmente bons e tecnicamente eficientes*. Pois somente essa elite teria tempo e meios para dar direção e uma *boa educação às massas*. Isto garantiria a conservação das tradições culturais, políticas e econômicas de um Estado; o que não seria possível no regime democrático²¹.

Em resumo, o partido político, para Michels, é uma potência oligárquica, repousada sobre uma base democrática que possibilita a dominação das elites sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Finalmente, quem diz organização partidária, diz oligarquia²².

2.2. O partido político em Maurice Duverger

Em sua obra *Os Partidos Políticos*, Duverger estabelece como objeto principal de estudo a influência das doutrinas sobre as estruturas partidárias. O partido político, num primeiro momento, é visualizado como ente aglutinador de indivíduos politicamente dispersos. Em seguida, mediante persuasão e disciplina impostas pelos dirigentes partidários, o papel daqueles indivíduos torna-se secundário à vida intrapartidária²³. Com isso, consolida-se um modelo de organização centralizada e absoluta.

O partido político constitui-se, assim, em uma organização autocrática e oligárquica. Os chefes formam uma classe dirigente isolada da militância, casta mais ou menos fechada sobre si mesma²⁴.

A crença na infalibilidade do partido e dos dirigentes partidários, desenvolvida pela propaganda e pela persuasão, possibilita o recuo do espírito crítico em relação ao espírito de adoração.

Desta forma,

“Os partidos tornam-se totalitários, exigindo dos seus membros uma adesão mais íntima, constituindo sistemas completos e fechados e explicação do mundo. O ardor, a fé, o entusiasmo e a intollerância reinam nessas igrejas dos tempos modernos: as lutas partidárias transformam-se em guerras religiosas”²⁵.

Sob o domínio de uma elite, a organização partidária repousa essencialmente em práticas e hábitos não-escritos²⁶. Enquanto o programa político e o estatuto pouco ou nada correspondem com a realidade.

Partindo dessa premissa, mesmo que Duverger procure demonstrar que existam diferenças de estrutura entre partidos, tem-se a impressão de que todas organizações partidárias são elitistas e oligárquicas, independentemente da ideologia subjacente. E,

“as massas, por uma ou outra razão, são sempre vistas como apáticas, pouco politizadas, o que leva ao estabelecimento de estruturas que, apesar da tentativa de diferenciá-las, se assemelham substancialmente”²⁷.

O nascimento do partido político, para Duverger, está relacionado ao surgimento dos grupos parlamentares e aos comitês eleitorais. À medida que o parlamento foi conquistando novas prerrogativas, os seus membros pressentiram a necessidade de se agruparem por algum tipo de afinidade para atuarem em comum acordo. Surge, dessa forma, para esse autor, o partido político, com objetivos específicos de atuar no interior do parlamento²⁸.

Com a ampliação do direito ao voto, sentiu-se a necessidade de enquadrar os eleitores em comitês, de acordo com cada programa partidário, como forma de divulgar candidatos e canalizar os sufrágios²⁹. Foi este o con-

²⁰ ALBERTONI, Ettore A. Op. cit., pp. 31-2.

²¹ MICHELS, Robert. Op. cit., p. 243.

²² *Ibid.*, p. 238.

²³ DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*.

²⁴ *Ibid.*, p. 455. Trad. Cristiano Monteiro Oiticica. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987,

pp. 14-6 e 456.

²⁵ *Ibid.*, p. 456.

²⁶ *Ibid.*, p. 26.

²⁷ BAQUERO, Marcello. Op. cit., p. 46.

²⁸ DUVERGER, Maurice. Op. cit., p. 20.

²⁹ *Ibid.*, p. 20.

texto que, de acordo com Duverger, impulsionou definitivamente a estruturação de partidos.

Assim, a organização partidária não se apresenta somente como uma comunidade, mas como um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos (seções, comitês, associações...) disseminados em um Estado. Mas que, ao mesmo tempo, estão ligados por um órgão coordenador³⁰.

Para Duverger, além dos partidos políticos que nascem a partir do Parlamento, existem aqueles que teriam origem externa, isto é, aqueles que por algum motivo surgem através de instituições pré-existentes (sindicatos, clubes, igreja...), cuja atuação não está situada no contexto parlamentar³¹.

Os partidos políticos com origem externa apresentam características opostas aos nascidos no âmbito parlamentar. Os primeiros surgem a partir da base, da militância, e são menos centralizados, isso, pelo menos inicialmente; enquanto que os segundos são formados pela cúpula e são muito mais centralizadores³².

Em tese, para Duverger³³ o modelo parlamentar adapta-se, preferencialmente, em locais onde não existem sistemas partidários plenamente organizados. O modelo externo, ao contrário, desenvolve-se em locais com instituições políticas mais estabilizadas.

No entanto, para Duverger não interessa a forma como o partido se introduz no contexto social. No decorrer de sua obra, *Os Partidos Políticos*, as atenções estão muito mais voltadas à estrutura do partido político do que aos pressupostos necessários para a sua existência³⁴.

Por fim, a visão estrutural-elitista do partido político de Duverger pode ser caracterizada da seguinte forma:

“os militantes dirigem os adeptos, estes dirigem os simpatizantes, estes, os eleitores”³⁵.

³⁰ CHARLOT, Jean. Op. cit., p. 52.

³¹ ZAVARIZE, Denize Moreira Schwantes. Op. cit., p. 17.

³² DUVERGER, Maurice. Op. cit., p.31.

³³ *Ibid*, pp. 33.

³⁴ ZAVARIZE, Denize Moreira Schwantes. Op. cit., pp. 15-7.

³⁵ CHARLOT, Jean. Op. cit., p. 151.

2.3. O partido político em Sartori, Charlot e Bonavides

2.3.1. Giovanni Sartori

A questão fundamental para esse autor, tratada em seu livro *Partido e Sistemas Partidários*, está ligada à diferenciação conceitual entre partido político e *facção*. Para ele, o partido é concebido como um instrumento funcional para cumprir objetivos e desempenhar papéis. É um todo que procura servir aos propósitos desse todo. Ao passo que a *facção* é apenas parte de si mesma, sem nenhuma visão do todo, além de ser negativa e degenerativa³⁶.

Historicamente, a expressão *facção* foi gradualmente sendo substituída pela palavra *partido*. Isto, à medida que se passava a aceitar a idéia de que ele, o *partido*, não era necessariamente um mal, constituído para desagregar a sociedade, mas um instrumento de representação e de reivindicações³⁷.

Após estabelecer o que o partido político não é, e para que serve em essência, o autor passa a defini-lo como

“qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos”³⁸.

2.3.2. Jean Charlot

Charlot, por sua vez, apresenta quatro critérios indispensáveis que diferenciam o partido político moderno dos *protopartidos* — facções, clubes, grupos parlamentares e associações — do final do século XVIII e do início do XIX. São eles:

1.º uma organização durável, cuja esperança de vida política seja superior à de seus dirigentes;

2.º uma organização completa, com uma interligação entre o centro-nacional e as unidades de base;

3.º uma vontade deliberada de exercer diretamente o poder, individualmente ou através de alianças; e

³⁶ SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar/Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, pp. 46-7.

³⁷ *Ibid*, pp. 23 e 48.

³⁸ *Ibid*, pp. 85-7.

4.º uma vontade de buscar o apoio popular³⁹.

A partir desses critérios, o autor conclui que o partido político,

“implica a continuidade, a extensão ao nível local e a permanência de um sistema de organização, de um lado, e, de outro, a vontade manifesta e efetiva de exercer diretamente o poder, apoiando-se em uma audiência elitista ou popular, militante ou eleitoral, tão ampla quanto possível”⁴⁰.

2.3.3. Paulo Bonavides

Segundo Bonavides, a elaboração conceitual do partido político necessita de alguns elementos indispensáveis, como:

- a) um grupo social;
- b) uma organização interna;
- c) um acervo de idéias e princípios que inspire sua ação;
- d) um interesse na tomada do poder; e
- e) um sentimento de autoconservação quando chegar ao poder.⁴¹

Com base nesses requisitos básicos, o partido político passa a ser definido, como:

“uma organização de pessoas que, inspiradas por idéias ou movidas por interesse, busca tomar o poder, normalmente pelo emprego de meios legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados”⁴².

3. Teoria orgânica do partido político

Na teoria orgânica, o partido político extrapola sua condição liberal de instrumento da atuação da representação. O parâmetro eleitoral e parlamentar é superado de tal modo que o partido constitui-se num espaço de luta e conscientização política. A organização partidária deve almejar mais que os efeitos representativos e eleitorais. O partido é um formador de consciências.

A partir dessa teoria, com a utilização de algumas observações oferecidas por Marx e Engels, em seguida por Rosa Luxemburgo e Lenin, e, por fim, mais no âmbito do dever-

ser, por Gramsci e Cerroni, procurar-se-á (re)estruturar algumas categorias principais da Ciência Política que justificam a necessidade e a importância, na sociedade contemporânea, do partido político.

Primeiramente, cabe esclarecer que Marx não desenvolveu uma teoria do partido político. No entanto, a sua preocupação com esse modelo organizativo de representação pode ser encontrada em vários trechos de sua obra.

Por intermédio da *Liga dos Justos*, desenvolvida em 1847, convertendo-se em seguida em *Liga dos Comunistas*, surge o *Manifesto Comunista*, que teve como principal objetivo resgatar a consciência do proletariado alemão no que diz respeito ao seu papel na transformação da história. Num sentido mais amplo, o *Manifesto* visava organizar o operariado no sentido de garantir a conquista dos meios de produção, juntamente com o aparelho de Estado. Para Marx, a organização partidária nada mais representa do que um momento eminentemente prático, um instrumento flexível e mutável capaz de promover a revolução⁴³, uma vez que a classe operária somente adquire consciência de seu ser social, na prática, no processo de luta. Nesse sentido, a consciência não pode ser vista como um simples produto de um saber, mas de um ser em movimento, em transformação, de uma relação ativa e criativa com a natureza e com a sociedade⁴⁴.

Dessa forma, com a gradativa tomada de consciência dos trabalhadores, o modelo sócio-político-econômico passa a ser negado, possibilitando o desenvolvimento das condições revolucionárias objetivas. É neste momento que, para Marx, o partido político passa a ser concebido como uma alternativa política viável e transitória em favor do operariado.

Com o aniquilamento do aparelho de Estado vigente, exemplificado na *Comuna*, de 1871, não haveria qualquer outro motivo para Marx desenvolver uma teoria ou um modelo especial de partido, pois, sendo transitório, com o advento da revolução, se autodissolveria.

Por fim, no entendimento de Marx, a organização política dos operários deveria estar sempre de acordo com as circunstâncias que lhes fossem peculiares, sendo que uma de suas

³⁹ CHARLOT, Jean. Op. cit., pp. 6-7.

⁴⁰ *Ibid*, p.7.

⁴¹ BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974, p. 429.

⁴² *Ibid*, p. 429.

⁴³ ROSSANDA, Rossana. “De Marx a Marx. Classe y Partido”. In *Teoria Marxista del Partido Político*. Trad Néstor Miguez. 5.ª ed. México: Ediciones Pasado y Presente, 1987, p. 2.

⁴⁴ *Ibid*, p. 4.

principais prescrições foi de que essa organização jamais viesse a se transformar em uma *seita*, isolada do apoio popular, e de *conspiradores profissionais*, os quais foram denominados de *alquimistas de revoluções*⁴⁵.

Nesse particular, as preocupações de Marx foram compartilhadas por Engels, o qual não deixou, igualmente, de expressar uma inquietação constante com a dinâmica partidária. Para Engels, o proletariado necessita de uma organização que possibilite ampla liberdade de crítica, combinada com a unidade de ação, já que é isto o que constitui a forma de ser do partido.

Em suas correspondências, que marcaram a *Crítica ao Programa de Gotha*, Engels registra com grande severidade questionamentos ao centralismo burocrático da organização partidária. É o caso, por exemplo, da carta remetida à Kautski, em 11.2.1891, onde afirmou que:

“O povo deve cessar de uma vez por todas de curvar-se diante dos funcionários do partido, seus próprios servidores. Deve-se abandonar essa atitude submissa que se adota diante deles, como se se tratassem de burocratas infalíveis. Também é necessário que os critique-mos”⁴⁶.

Noutra carta, dirigida à Babel, em 1-5-1891, Engels expressa claramente qual o modelo de organização partidária que não desejava quando escreve que “nenhum partido em nenhum país pode condenar-me ao silêncio se estou decidido a falar”. Pois um partido não conseguirá “viver se não houver liberdade de movimento”⁴⁷.

No entanto, mesmo com estas observações mais específicas, não se pode categoricamente afirmar que exista uma teoria marxista de partido político, bem como uma tipologia ideal ou uma lei universal sobre o mesmo.

A primeira tentativa de construção de uma teoria marxista do partido ocorreu por inter-

⁴⁵ MILIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 112.

⁴⁶ FAY, Victor. Del Partido como Instrumento de Lucha por el Poder al Partido Como Prefiguración de una Sociedad Socialista. In: *Teoría Marxista del Partido Político*/ 3. Trad. Maria Teresa Poyrazian. 5. Ed. México, Ediciones Pasado y Presente 1987, p. 35.

⁴⁷ *Ibid*, p. 35.

médio de Lenin em 1902, registrada em sua obra *Que fazer?* No entanto, as idéias desenvolvidas por Lenin, de uma forma geral, não coincidem com o que haviam pregado Marx e Engels, os quais estavam muito mais próximos do *Partido Processo*, de Rosa Luxemburgo, do que do *Partido de Quadros*, de Lenin.

Para Lenin, o papel do partido político, no caso o *Partido de Quadros*, deveria ser, acima de tudo, de vanguarda, com capacidade de introjetar nos indivíduos os seus princípios políticos. Segundo ele, somente uma organização centralizada, que aplicasse firmemente o seu programa, poderia preservar movimentos de ataques irreflexivos e preparar ataques que promettessem êxitos.

A partir dessa visão, Lenin desenvolve a teoria do centralismo democrático na organização partidária, que, no entender de Rosa Luxemburgo, não passava de um *centralismo burocrático*⁴⁸.

Pois, segundo Rosa Luxemburgo,

“Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente”⁴⁹.

A rejeição de Lenin à ação autônoma e espontânea do operariado foi muito grande. Para o autor, em uma sociedade complexa, a classe operária sozinha não possuiria condições para tomada de consciência global⁵⁰.

Já Rosa Luxemburgo pregava o *partido processo*, e era, por isso, taxada de espontaneísta, pois acreditava que o desenvolvimento da consciência de classe deveria brotar do interior de si mesma — por um processo natural de libertação, jamais sob a direção de uma vanguarda *iluminada*, conforme pregava Lenin.

Para Rosa Luxemburgo

“a proliferação de uma burocracia não pode ser eliminada com um golpe de varinha mágica, porque não é ela produto específico do subdesenvolvimento,

⁴⁸ GARCIA, Fernando Coutinho. *Partidos Políticos e Teoria da Organização*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, pp. 37, 39 e 41.

⁴⁹ *Ibid*, p.11.

⁵⁰ LECLERCQ, Yves. *Teorias do Estado*. Trad. J. A. Ponte Fernandes. Lisboa: Edições 70-1977, p. 88.

senão do atraso histórico da própria classe trabalhadora nos países capitalistas avançados. (...) a classe trabalhadora está sempre retraída em relação aos acontecimentos, e ela os recupera rapidamente no momento em que a onda revolucionária aumenta”⁵¹.

O debate entre Lenin e Rosa Luxemburgo detonou um dos pontos fundamentais que preocupava os fundadores do marxismo, ou seja, a organização partidária não poderia ser reduzida a um papel subalterno de *correia de transmissão* do poder, como também não deveria submeter-se ao controle de uma minoria de *iluminados*”⁵².

Gramsci, eco teórico das crises revolucionárias da década de 20, foi quem efetuou as primeiras reflexões, no caso concreto, sobre a “complexidade da relação entre espontaneísmo e organização”⁵³.

Nas constatações de Gramsci, a história de um partido político não deixa de ser a história de um grupo social. O que vale afirmar que escrever a história de um partido significa, nada mais nada menos, escrever a história de um país. Desta forma, a importância política do partido está diretamente relacionada com a *determinação histórica do país*. Em síntese, um partido político nunca estará pronto e acabado, pois, com a evolução política da sociedade, novas tarefas e encargos lhe serão atribuídos, sob pena, se isso não ocorrer, de tornar-se historicamente inútil⁵⁴.

O partido político, segundo Gramsci, torna-se necessário historicamente quando houver a confluência de três elementos:

1.º um elemento difuso, ou seja, indivíduos que se submetam a uma disciplina partidária. Caso contrário, preponderará a dispersão e a anulação recíproca;

2.º um elemento de coesão, capaz de tornar eficiente e potente um conjunto de forças, que, se isoladas, pouco ou nada fariam;

3.º um elemento médio que consiga articu-

⁵¹ FAY, Victor. Op. cit., p. 49.

⁵² *Ibid.*, p. 50. Vide também FRANCO, Augusto de. *Autonomia & Partido Revolucionário*. Goiânia: Ferramenta, 1985, p.5.

⁵³ ROSSANDA, Rossana. Op. cit., p. 11.

⁵⁴ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Trad. Luis Mário Gazzaneo. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, pp. 287-9.

lar o primeiro com o segundo elemento, que os coloque em contato não só físico, mas moral e intelectualmente⁵⁵.

Com a devida articulação desses elementos, a organização partidária resistiria com maior vigor a qualquer tentativa de destruição pela força ou coerção, uma vez que a razão de sua existência estaria vinculada às condições orgânicas de um determinado segmento social⁵⁶.

Ainda, sob esta ótica, Gramsci classifica o partido político sob duas formas: a *progressiva* e a *regressiva*. O partido político será *progressivo* à medida que sua organização funcionar democraticamente, tanto no âmbito interno como na atuação externa. O partido político será regressivo quando estiver submetido a um centralismo burocrático⁵⁷. Neste último caso, o partido transformar-se-á em um simples executor de tarefas corriqueiras.

Papa Gramsci, a burocracia representa a forma conservadora mais perigosa. E, à medida que ela, a burocracia, constituir-se em um corpo solidário à parte e independente, acabará por gerar o anacronismo partidário, sendo que nos momentos de crise aguda estará vazio de conteúdo social, ficando como que assentado no ar⁵⁸.

Em Gramsci, a burocracia

“encobre um regime de partidos da pior espécie, que atuam ocultamente, sem controle; os partidos são substituídos por camarilhas e influências pessoais inconfessáveis, sem contar que restringem as possibilidades de opção e embotam a sensibilidade política e a elasticidade tática”⁵⁹.

Enfim, segundo a perspectiva gramsciana, na luta pela hegemonia política, o partido político torna-se um elemento decisivo, pois é ele que unifica a ação e o pensamento, a filosofia instintiva com a filosofia consciente, possibilitando, a partir disso, uma visão conjuntural.

⁵⁵ SADER, Emir. Org. Gramsci: *Sobre Poder, Política e Partido*. Trad. Eliana Aguiar. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 20-1.

⁵⁶ *Ibid.*, pp. 20-1. Vide também Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Op. cit., p. 291.

⁵⁷ GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. Trad. Manuel Cruz. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, v. I, p. 295.

⁵⁸ SADER, Emir. Org. Op. cit., p. 58.

⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Op. cit., p. 158.

A este modelo de partido, Gramsci denomina de *príncipe moderno*, em alusão ao *Príncipe*, de Maquiavel. O *príncipe moderno* representa uma inteligência e uma vontade coletiva⁶⁰, onde todos os membros são considerados intelectuais, cabendo à organização partidária ampliar os horizontes educativos e políticos⁶¹.

Nas palavras de Gramsci,

“O príncipe moderno, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo: um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Esse organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais⁶².”

As reflexões acerca do *príncipe moderno* gramsciano foram retomadas pelo também italiano Umberto Cerroni em sua obra *Teoria do Partido Político*⁶³, tendo por paradigma Gramsci. Cerroni procura (re)articular novas determinações conceituais, a fim de conduzir à elaboração de uma teoria marxista do partido político, considerada por ele, até então, inexistente.

Inicialmente, a atenção de Cerroni está voltada ao paradoxo entre *partido* e *parte*,

“...não podemos reduzir a noção de partido político à noção genérica de ‘parte política’ sem perder o valor característico e diferencial que o partido político moderno apresenta com respeito a qualquer formação que sempre ocorre em política em decorrência desta ou daquela opção prática”⁶⁴.

Desta forma, o que diferencia o partido

político moderno dos comitês, clubes e agremiações eleitorais, que sempre existiram na política, é, justamente, o momento em que surge uma organização composta por um programa político, estruturado e articulado. Ou seja, o que basicamente caracteriza o partido político moderno é a combinação de uma organização territorial difusa, tendencialmente nacional, com uma linha programática e ideológica devidamente discutida e compartilhada pelos seus membros. Assim, embora sendo uma *parte*, o partido político deve comportar-se como um *tudo*⁶⁵. O que significa dizer que o partido deve conseguir dirigir a sociedade, sem dispor da força monopolizada pelo Estado, devendo comandar e fazer-se obedecer sem precisar recorrer aos meios coercitivos.

Segundo os paradigmas utilizados por Cerroni, o surgimento do partido político não está condicionado ao do Parlamento, uma vez que aquele pode vir a constituir-se antes desse, bem como para reivindicá-lo ou propor a sua criação.

Com isso, fica evidente que o modelo partidário desenvolvido por Cerroni não está exclusivamente interessado na conquista de votos ou com os preparativos eleitorais, considerando que ele *poderá desenvolver-se nos limites de um espaço político totalmente hostil à participação popular*.

Conclui-se, portanto, que a existência do partido político não está diretamente relacionada com a do Parlamento, mas com a vontade de indivíduos que desejam transformar as relações sócio-político-econômicas. Afinal, o papel do partido político é o de servir de protótipo, é o de prefigurar a sociedade futura, de servir de ponto de reencontro e de confrontação entre as diferentes correntes de pensamento⁶⁶.

O desenvolvimento da organização partidária, de acordo com Cerroni, distingue-se em três fases principais:

1.º fase — pré-política: ocorre no momento em que um segmento social começa a assumir sua autonomia e consciência de agregação corporativa num sentido de autodefesa diante de algum tipo de exploração. Nesta fase, surge uma série de instrumentos e organizações de defesa dos interesses imediatos e práticos. Assim, o partido político passa a revelar-se como

⁶⁰ GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel*. Trad. Dario Canali. 9.ª ed. Porto Alegre: L & PM Editores Ltda. 1980. p. 86.

⁶¹ PORTELLI, Huges. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 98.

⁶² GRAMSCI, Antonio. Op. cit., p. 6.

⁶³ CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Silvia Anette Kneip. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p. 74.

⁶⁴ *Ibid*, p. 64.

⁶⁵ *Ibid*, pp. 11-2 e 26.

⁶⁶ FAY, Victor. Op. cit., p. 50.

um mecanismo político estreitamente articulado com a problemática;

2.º fase — intra-uterina: ocorre quando o nível de agregação supera os interesses econômicos ou corporativos, começando, então, por avançar sobre o horizonte político da convivência estatal. É o momento da *catarse* gramsciana. Esta fase proporciona a realização de encontros mais gerais, mas, ainda, *debeis* em relação a propostas de transformações profundas na sociedade. Ou seja, neste momento o partido político ainda se encontra numa relação de contraposição radical, configurando-se muito mais como uma *seita*, como uma *parte*, que ainda não é capaz de se propor como um todo;

3.º fase — extra-uterina: nesta fase, o mencionado segmento social exprime a sua capacidade de direção hegemônica em relação ao conjunto da sociedade, não mais de uma parcela. Essa nova força se *contrapõe* ao bloco hegemônico existente, denunciando a sua parcialidade, não só como uma *parte a ser substituída*, mas também como uma *parte-todo*. Assim, substitui-se por inteiro um Estado faccioso para introduzir-se um modelo unitário, mediante a combinação de interesses entre a força *impulsionadora da transformação*, com os dos demais segmentos sociais⁶⁷.

Feita esta prescrição histórica do partido político, fica evidente que reduzir a sua investigação ao nascimento dos clubes e comitês eleitorais, simples mecanismos de força política, dotados de alguma unidade propagandística, torna-se uma tarefa um tanto quanto delicada e complexa, porque, acima de tudo, o partido político não representa

“apenas uma forma de agregação ideológica, mas uma forma de agregação ideológica para defender uma condição humana, para remover determinadas circunstâncias históricas que a deformam”⁶⁸.

A rigor, o partido político deve ser analisado sob uma ótica política, e não a partir de um *eticismo organizativo*, o qual entende que a separação entre dirigentes e dirigidos é um “mal necessário” de toda forma de organização. O processo de desenvolvimento partidário exige muita criatividade e flexibilidade. O seu programa deve ser vivo e operativo, capaz

de captar a essência das transformações práticas e, por isso, também da própria organização. A simples importação de modelos organizativos não contribui em nada para o fortalecimento do partido, beneficiando somente a *partidocracia*⁶⁹, isto é, a reprodução de sistemas políticos frágeis e a conseqüente despoliticização popular.

O partido político encarna, em si mesmo, a necessidade de uma mediação orgânica entre o político e o social, o que exige a presença de um elemento de reelaboração teórica para corresponder aos anseios da sociedade, e de um elemento de atuação sócio-política, já que a organização partidária não pode ficar distanciada do seu contexto social, pois, para quem deseja ser o *príncipe moderno*, mediar a política, a economia e a ciência parece ser a sua grande tarefa⁷⁰.

Isto quer dizer, para Cerroni, que o partido político deve ser capaz de, ao mesmo tempo, elaborar e agir; ele deve elaborar operadores e não apenas idéias, deve realizar na prática projetos ideológicos e não meros esquemas de comando, o que só será possível por intermédio de um partido orgânico, sincrético e em plenas condições de reavaliar os velhos diagnósticos e terapias sociais⁷¹.

Enfim, compreende Cerroni que:

“O partido político deve ser ambicioso e modesto como o cientista, e como bom intelectual coletivo, de descobrir a virtude da ciência, a dúvida metódica na corajosa pesquisa da verdade, a persistente finalização das menores operações, a fantasia criadora e a disponibilidade antidogmática para a experimentação”⁷².

Na sociedade contemporânea, o partido político apresenta-se como o canalizador das necessidades, solicitações e esperanças de universalizar a vida de todos os homens, não apenas de seus membros, ou de um determinado segmento social. Nesse contexto, o pluralismo torna-se uma necessidade fundamental para a instituição que queira desenvolver-se com base na liberdade política. O confronto ideológico surge como garantia da plena integração democrática, não havendo qualquer espaço para o aniquilamento coercitivo⁷³.

⁶⁹ *Ibid.*, pp. 36 e 70.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 30.

⁷¹ *Ibid.*, pp. 50-1.

⁷² *Ibid.*, p. 53.

⁷³ *Ibid.*, p. 58.

⁶⁷ CERRONI, Umberto. Op. cit., p. 50.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 17.

Por fim, para Cerroni, numa perspectiva histórica, o partido político tem dois caminhos a seguir:

1.º ou se torna o intermediário da autodireção universal; e

2.º se reduz a ser o chefe burocrático de uma organização autoritária, oligárquica, mortificante da vida social.

4. Considerações finais

O pensamento tradicional concebe o partido como um instrumento legal de conquista do poder. A preocupação centrada no sistema representativo, nessa abordagem estrutural-elitista, caracteriza o partido como um fim em si mesmo, distanciado do contexto social. O partido representa uma oligarquia burocrática, constituída por uma elite dirigente, que se utiliza de sua estrutura com vistas tão-somente ao processo eleitoral.

Na teoria orgânica, o partido político extrapola sua condição liberal de instrumento da atuação da representação. O parâmetro eleitoral e parlamentar é superado de tal modo que o partido se constitui num espaço de luta e conscientização política. A organização partidária deve almejar mais que os efeitos representativos e eleitorais. O partido torna-se um formador de consciência.

A partir do momento que o partido deixar de ser analisado sob a ótica do *ceticismo organizativo*, ou seja, como um simples ente da correia de transmissão do poder, ele poderá ser transformado em um mediador orgânico capaz de atuar entre o político e o social, com condições plenas de ser criativo e receptivo às transformações sociais.